

económicos sentidos pelos beneficiários daí resultantes, tomando assim, como referência, outras experiências em outros territórios. A AGE dentro de uma abordagem idêntica à apresentada neste Estudo poderia ser um instrumento válido nesse tipo de avaliação. No final, a investigação poderia dar origem à preparação de um *dossier* para divulgação dessa investigação junto dos atores com capacidade de decisão e/ou de intervenção, para que, pudesse ser ponderado, uma possível réplica das melhores práticas ambientais nos territórios nacionais.

## 5. referências Bibliográficas

- Amaro, P., (2003), *A Protecção Integrada*, Lisboa, ISA/Press.
- Armstrong, H. and Wells, P., (2006), "Structural Funds and the Evaluation of Community Economic Development Initiatives in the UK: A Critical Perspective", *Regional Studies*, Vol. 40.2, April 2006, pp. 259-272.
- Bachtler, J. and Wren, C., (2006), "Evaluation of the European Union Cohesion Policy: Research Questions and Policy Challenges", *Regional Studies*, Vol. 40.2, April 2006, pp. 143-153.
- Bouyssou, D., (2001), "Aide multi-critère à la décision", Université Paris, ESSEC, BP 105, pp. 1-41.
- CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, (2004), *Plano Regional de Inovação do Alentejo - Relatório Final da Fase 2*, Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, Lisboa.
- Comissão Europeia, (2009), *EVALSED: A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico - O Guia*, Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias.
- Commission Européenne, (1999), *La Collection MEANS: Évaluer les programmes socio-économiques. Conception et conduite d'une évaluation*, Volumes: 1 - 6, Luxembourg, Office des Publications Officielles.
- Cunha, L., (2007), *Modelos Rasch e Escalas de Likert e Thurstone na medição de atitudes*, Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Domingues, A., (1998), "O desenvolvimento de uma fileira logística e de transportes numa região periférica: o caso da área metropolitana do Porto", *Inforgo*, 7/8 - 1994, pp. 40-52.
- Eser, T. and Nussmueller, E., (2006), "Mid-term Evaluations of Community Initiatives under European Union Structural Funds: A Process Between Accounting and Common Learning", *Regional Studies*, Vol. 40.2, April 2006, pp. 249-258.
- European Commission, (2013), "Political agreement on new direction for common agricultural policy", Press release, Reference: IP/13/613, 26/06/2013.
- HM Treasury, (2011), *The Magenta Book - Guidance for evaluation*, Policy Team, The National Archives, London, Kew.
- Maroco, J., (2003), *Análise estatística - com utilização do SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Pocinho, M., (2009), *Amostras*, Coimbra, Instituto Superior Miguel Torga.
- Vicente, P., Reis, E., e Ferrão, F., (1996), *Sondagens: a amostragem como factor decisivo de qualidade*, Lisboa, Edições Sílabo.

## [1205] ANÁLISE DA MORTALIDADE DAS EMPRESAS APOIADAS POR POLÍTICAS PÚBLICAS. O CASO DO PROGRAMA LEADER +

Maria Manuel Serrano<sup>1</sup>, Anabela Santos<sup>2</sup>, Paulo Neto<sup>3</sup>

<sup>1</sup> [mariaserrano@uevora.pt](mailto:mariaserrano@uevora.pt), Professora Auxiliar, Universidade de Évora | Escola de Ciências Sociais | Departamento de Sociologia & SOCIUS/ISEG-UL, Portugal.

<sup>2</sup> [anabela.santos.mail@gmail.com](mailto:anabela.santos.mail@gmail.com), Economista e Consultora Financeira, Mestre em Economia pela Universidade de Évora, Portugal.

<sup>3</sup> [neto@uevora.pt](mailto:neto@uevora.pt), Professor Auxiliar com Agregação, Universidade de Évora | Escola de Ciências Sociais | Departamento de Economia, CEFAGE-UE e CIEO-UALG, Portugal.

**RESUMO.** Esta comunicação tem como objetivo comparar a região Alentejo e a região Norte, no que respeita à taxa de mortalidade das empresas que beneficiaram do apoio do Programa Leader +, à data de 31 de Dezembro de 2013. As variáveis seleccionadas para elaborar esta análise comparativa das taxas de mortalidade das empresas nas respectivas regiões, foram as seguintes: idade das empresas, localização geográfica, densidade empresarial do concelho em que as empresas desenvolvem a sua atividade, sector de actividade, valor do investimento realizado no âmbito do LEADER e natureza jurídica das empresas. A dinâmica relacional entre as organizações e o ambiente é explorada por abordagens teóricas de cariz sociológico e de cariz político e económico, entre outras. Em qualquer dos casos, estas teorias partem de uma ideia comum: o ambiente externo representa uma fonte crítica de ideias, regras, oportunidades, recursos e constrangimentos para as organizações. Sendo objectivo deste trabalho analisar as taxas de mortalidade empresarial em duas populações de empresas, considerou-se adequado que a moldura teórico-conceptual da investigação se construísse a partir dos pressupostos da Teoria da Ecologia Organizacional, por esta se revelar adequada para o estudo do fenómeno da mortalidade de empresas. A metodologia utilizada para o estudo da relação entre as variáveis seleccionadas foi a análise estatística descritiva e a aplicação de testes estatísticos que permitem encontrar diferenças entre as populações (Teste U de Mann-Whitney) e que medem a intensidade e o sentido da relação entre variáveis (Coeficiente de Correlação de Spearman).

**Palavras-chave:** LEADER, Mortalidade de Empresas, Políticas Públicas

### ANALYSIS OF FIRMS MORTALITY SUPPORTED BY PUBLIC POLICY. THE CASE OF THE LEADER + PROGRAM

**ABSTRACT.** This paper aims to compare the mortality rates of firms that benefited from the support of the Leader + Program, until December 31<sup>st</sup> of 2013, in Alentejo and North regions. The selected variables to

develop this comparative analysis were the following: age of firms, geographic location, population density of firms, sector of activity, value of investment made under LEADER and legal nature of the firms. The relationship between organizations and their environment is exploited by theoretical approaches, like sociological, political and economic, among others. In any case, these theories are based on a common idea: the external environment is a source of ideas, rules, opportunities, resources and constraints for organizations. Considering the objective of this study is to compare the firm mortality rates in two populations of firms, it seems appropriate to use the assumptions of Organizational Ecology Theory in the construction of theoretical and conceptual framework. The methodology used to study the relationship between the variables was descriptive statistical analysis and the application of statistical tests to find differences between populations (Test U of Mann-Whitney) and measuring the intensity and direction of the relationship between variables (Spearman coefficient correlation).

**Keywords:** LEADER, Enterprises Mortality; Public Policies

## 1. INTRODUÇÃO

O impacto das políticas públicas na dinâmica empresarial e económica de um país ou região, vem-se afirmando como um objecto de estudo recorrente para vários investigadores. Trata-se, no fundo, de perceber se as empresas apoiadas por instrumentos de política pública se diferenciam positivamente das empresas não apoiadas (e.g. ao nível do desempenho e da sobrevivência). Assim, este *paper* procura contribuir para este debate, tomando como ângulo de análise a avaliação da forma como (ou em que medida) as políticas públicas, dirigidas às empresas e ao fomento do desenvolvimento empresarial, contribuem para lhes assegurar melhores condições de sobrevivência.

Este trabalho incide sobre uma política pública específica, o Programa LEADER<sup>63</sup>. Este programa surge em 1991, com o propósito de imprimir uma nova dinâmica à política de desenvolvimento rural da União Europeia. Este instrumento de política pública, concebido para fomentar o empreendedorismo, potenciar o crescimento económico e estimular a inovação nas zonas rurais, distinguiu-se dos modelos clássicos por assentar numa abordagem territorial, multisectorial e integrada, onde os Planos de Desenvolvimento Local (PDL)<sup>64</sup> são definidos com base nas potencialidades e recursos endógenos próprios a cada zona de intervenção (Santos, 2012: 12).

O tema central desta comunicação é o fenómeno da mortalidade empresarial e tem como objectivo específico comparar a região Alentejo e a região Norte, no que respeita às taxas de mortalidade das empresas que beneficiaram do apoio do Programa Leader +, à data de 31 de Dezembro de 2013. As variáveis seleccionadas para elaborar a análise comparativa das taxas de mortalidade das empresas nas respectivas regiões, foram as seguintes: idade das empresas, localização geográfica, densidade empresarial do concelho em que as empresas desenvolvem a sua atividade, sector de actividade, valor do investimento realizado no âmbito do LEADER e natureza jurídica das empresas.

A dinâmica relacional entre as organizações e o ambiente é explorada por abordagens teóricas de cariz sociológico e de cariz político e económico, entre outras. Em qualquer dos casos, estas teorias partem de uma ideia comum: o ambiente externo representa uma fonte crítica de ideias, regras, oportunidades, recursos e constrangimentos para as organizações. Sendo objectivo deste trabalho analisar as taxas de mortalidade empresarial em duas populações de empresas, considerou-se adequado que a moldura teórico-conceptual da investigação se construísse a partir dos pressupostos da Teoria da Ecologia Organizacional, por esta se revelar adequada para o estudo do fenómeno da mortalidade de empresas.

A metodologia utilizada para o estudo da relação entre as variáveis seleccionadas foi a análise estatística descritiva e a aplicação de testes estatísticos que permitem encontrar diferenças entre as populações (Teste U de Mann-Whitney) e que medem a intensidade e o sentido da relação entre variáveis (Coeficiente de Correlação de Spearman).

O *paper* estrutura-se em quatro pontos: o Enquadramento teórico-conceptual, onde se apresentam os principais pressupostos teóricos da ecologia organizacional e alguns resultados obtidos em estudos dirigidos à determinação de factores de sobrevivência das empresas ou à avaliação do impacto das políticas públicas na mortalidade das empresas; no ponto Metodologia apresentam-se os procedimentos metodológicos na delimitação das populações de empresas e no acesso às fontes de informação, bem como as técnicas de

<sup>63</sup> A Eficácia, eficiência e valor acrescentado desta política pública na região Alentejo foi objeto de estudo dos autores em trabalhos anteriores (Vd. Neto, Santos e Serrano, 2012 e 2014).

<sup>64</sup> A gestão dos fundos comunitários destinados a esta iniciativa é realizada a nível territorial e assegurada pelos Grupos de Ação Local (GAL), os quais são também responsáveis pela definição da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL). Actualmente decorre em Portugal o encerramento da 4ª fase do Programa LEADER, que compreendeu os anos de 2007 a 2013. As três anteriores gerações do Programa abrangem o LEADER I (1991-1993), o LEADER II (1994-1999) e o LEADER + (2000- 2006).

tratamento da informação; no tópico Análise dos Resultados faz-se a leitura e análise da expressão quantitativa das variáveis em estudo e dos resultados dos testes estatísticos aplicados; finalmente apresentam-se as Conclusões sobre a relação de cada uma das variáveis estudadas com os valores da mortalidade das empresas, que foi possível detectar com a análise efectuada.

## 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL<sup>65</sup>

O estudo da relação das organizações com o ambiente e as condições em que se verificam os fenómenos de nascimento, sobrevivência e morte das organizações, deu origem a um vasto, rico e complexo corpo teórico. A dinâmica relacional entre organizações e ambiente é explorada por abordagens de cariz sociológico<sup>66</sup> e de cariz político e económico<sup>67</sup>, entre outras. Em qualquer dos casos, estas teorias partem de uma ideia comum: o ambiente externo representa uma fonte crítica de ideias, regras, oportunidades, recursos e constrangimentos para as organizações.

A Ecologia Organizacional é uma abordagem macro<sup>68</sup> que parte do pressuposto de que as organizações tendem a resistir à mudança interna, a partir do momento em que se estabelecem de forma consistente e se tornam eficientes em ambientes estáveis. A resistência à mudança interna permite que a evolução da paisagem organizacional dependa mais do nascimento, morte ou de banda das organizações, do que da sua adaptação às mudanças. Consequentemente, as condições ambientais (e.g. a intensidade da competição por recursos), mais do que as políticas ou as decisões internas, são as chaves do sucesso organizacional (Handel, 2003).

Os ecologistas organizacionais procuram explicar como as condições sociais, económicas e políticas afectam a quantidade e a diversidade de organizações e a forma como estas evoluem ao longo do tempo. Baum (1996: 77) sistematiza o ponto de partida da investigação ecológica em três pressupostos:

- i) A diversidade é uma propriedade dos agregados organizacionais;
- ii) Frequentemente as organizações têm dificuldades de planear e executar mudanças suficientemente rápidas para responder às exigências da incerteza e da mudança ambiental;
- iii) A comunidade organizacional raramente é estável porque as organizações surgem e desaparecem continuamente.

Mais especificamente, a teoria ecológica e a investigação sobre as taxas de nascimento e de mortalidade das organizações assenta no estudo de três tipos de processos: i) o processo demográfico; ii) o processo ecológico e iii) o processo ambiental (Baum, 1996).

Na análise do processo demográfico predomina a visão da dependência da idade (*liability of newness*). O efeito da idade mostra que as organizações mais jovens tendem a apresentar taxas de mortalidade superiores. O argumento de que as organizações mais jovens são mais vulneráveis sustenta-se no facto de estas, à semelhança dos actores sociais, estarem sujeitas a processos de aprendizagem (e/ou de criação) de novas regras e rotinas, no momento em que os seus recursos organizacionais são escassos. Acresce ainda que as organizações mais jovens têm menor capacidade de influência, de negociação e de estabelecer relações estáveis com entidades externas e menor legitimidade (*legitimacy*) (Carroll & Hannan, 2003).

Hannan & Freeman (1977) estudaram a relação entre a idade das organizações e a sua apetência para a mudança e concluíram que o envelhecimento populacional tende a aumentar a estabilidade<sup>69</sup>, a probabilidade de sobrevivência e a resistência interna à adaptação e à mudança. Nestes casos, é mais provável que a mudança resulte do nascimento de novas organizações do que do redesenho das formas organizacionais existentes.

Associado ao efeito da dependência da idade está a dependência da dimensão (*liability of smallness*) ou seja, as grandes organizações estão mais protegidas das variações ambientais. Desde que o factor dimensão aumente as tendências de inércia na organização e que as pressões de selecção favoreçam estruturalmente as organizações inertes, as grandes organizações tendem a ser menos vulneráveis ao risco de morte (Hannan & Freeman, 1977). A dimensão também tende a conferir legitimidade, na medida em que as grandes organizações são vistas pelos *stakeholders* como sinónimo de sucesso e como indicador de independência futura (Baum, 1996).

<sup>65</sup> Parte deste ponto foi redigido com base em Serrano (2012).

<sup>66</sup> Por exemplo a teoria institucional (DiMaggio & Powell, 1983) ou a ecologia organizacional (Carroll & Hannan, 2003)

<sup>67</sup> Por exemplo a teoria da dependência de recursos (Pfeffer & Salancik, 1978), a teoria da agência (Coase, 1937; Jensen & Meckling, 1976) ou a teoria dos custos de transação (Williamson, 1981).

<sup>68</sup> Primeiramente designada como Ecologia da População, esta abordagem recorre a modelos matemáticos sofisticados, usados na biologia das populações, para estudar o modelo de crescimento das populações de organizações. Esta teoria tem sido usada para estudar populações de organizações, em diversos sectores de actividade, nomeadamente, indústria, serviços, agricultura, cuidados de saúde, protecção social, etc. (Handel, 2003: 230).

<sup>69</sup> No sentido de menor propensão para a inovação.

A análise do processo ecológico recorre à teoria dos nichos para elaborar um modelo do diferencial de capacidade de sobrevivência das organizações especialistas e generalistas. Neste caso, Hannan e Freeman (1977) centram-se em dois aspectos da variação ambiental para explicar a prevalência relativa das organizações especialistas e generalistas: i) a variabilidade (*variability*) das flutuações ambientais e ii) a periodicidade da variação (*grain*).

Os aspectos associados à idade são intensificados pelos efeitos decorrentes da dimensão e do grau de especialização da organização. Assim, as grandes organizações possuem mais recursos de reserva (“desafogo organizacional”), logo estão mais preparadas para enfrentar a dinâmica dos seus ambientes. Do mesmo modo, as organizações generalistas, que oferecem uma vasta amplitude de serviços e/ou produtos, tendem a ser mais bem sucedidas em condições variáveis, comparativamente às empresas especializadas, as quais têm mais hipóteses de prosperar em condições mais estáveis e cíclicas (Clegg, 1998).

A partir das regularidades empíricas e do debate teórico, Carroll e Hannan (2003), concebem um modelo geral da evolução organizacional, a longo prazo, em que a densidade populacional (*population density*) é a variável ambiental chave. A teoria da evolução da densidade organizacional assume que a mudança depende mais da substituição selectiva de organizações numa determinada população, do que de adaptações individuais no interior de cada organização. Sustenta ainda que as forças gerais de legitimação social e de competição provocam alterações constantes nas taxas vitais e que, por sua vez, a legitimação social e a competição dependem da densidade organizacional.

À semelhança das espécies naturais, as organizações superam várias etapas de desenvolvimento e lutam por um espaço. Quando os nichos ecológicos estão saturados aumentam os índices de mortalidade e o esvaziamento dos nichos permite a permanência das formas organizacionais que melhor se adaptam às condições de sobrevivência do nicho. Percebe-se pois que o processo de crescimento da população de organizações não é infinito, mas limitado pela capacidade de suporte do ambiente (Clegg, 1998).

A análise do processo ambiental inclui a mudança institucional e a evolução tecnológica e, nesta medida, permite encontrar um ponto de intercepção entre as perspectivas ecológica e institucional (DiMaggio e Powell, 1983). A principal convergência entre estas duas abordagens reside em questionar como as variáveis do ambiente institucional – e.g. a turbulência política, a regulamentação governamental ou as ligações institucionais (Baum, 1996) - influenciam a dinâmica populacional. A perspectiva institucional impõem-se porque os ambientes organizacionais estão sujeitos a regras e a crenças institucionalizadas às quais as organizações se devem conformar pois, do conformismo aos constrangimentos normativos depende a legitimidade das organizações<sup>70</sup>. Uma segunda definição do conceito entronca na *constitutive legitimation* (Meyer e Rowan, 1977), segundo a qual as formas organizacionais ganham legitimidade quando os actores de relevo as reconhecem como a forma natural de empreender uma acção colectiva.

Entre as duas conceções institucionalistas de legitimação, a segunda revela-se mais adequada à perspectiva ecológica devido à ligação ao conceito de densidade. Quando surge um novo tipo de organização, a escassez de organizações similares faz com que as novas organizações tenham pouca legitimidade. O mero crescimento da população organizacional traz familiaridade, aumenta a legitimidade dos casos existentes e encoraja novos nascimentos. No entanto, o crescimento rápido da população pode, eventualmente, levar as organizações a competir pelos mesmos recursos (caso o ambiente esteja saturado) e a entrarem num processo darwinista de seleção natural. Neste caso, os nascimentos de organizações decrescem e a mortalidade aumenta até que a população estabilize em função da capacidade do ambiente organizacional (Handel, 2003).

A inovação tecnológica tem potencial para influenciar profundamente as populações organizacionais porque pode mudar os mercados, alterar a importância relativa de vários recursos, desafiar as capacidades de aprendizagem das organizações e alterar a natureza da competição (Cohen e Levinthal, 1990; Tushman e Anderson, 1986 apud Baum, 1996). Assim, a inovação tecnológica pode estimular o nascimento de novas organizações, as quais, por sua vez, podem provocar a alteração dos modelos de competição e de novas oportunidades para obter posições competitivas.

Em suma, a análise ecológica procura explicar as condições ambientais que suportam, ou impossibilitam, certas formas de vida organizacional, as quais são conceptualizadas como populações organizacionais que coexistem e competem entre si. Concebe-se uma ecologia das formas organizacionais em competição, com diferentes oportunidades de mercado (Clegg, 1998). À semelhança das abordagens da análise organizacional de carácter mais economicista, o corpo teórico da ecologia da população é movido pela pressão competitiva (Clegg, 1998). Neste grupo de teorias integra-se também a perspectiva do controlo externo de Pfeffer e

<sup>70</sup> Neste sentido, a definição da legitimação social das organizações aproxima-se do conceito de isomorfismo coercivo (DiMaggio e Powell, 1983).

Salancik (1978), em que o papel do ambiente explica a dinâmica dos fenómenos organizacionais e o estudo de populações homogêneas de organizações em concorrência permite estudar as modalidades de acesso aos recursos limitados.

Como vimos, a sobrevivência e a mortalidade das empresas podem ser estudadas sob vários ângulos e com base em diversas perspectivas analíticas. Nuns casos o enfoque da análise incide nas condições de criação das empresas e no modo como tais condições afectam o seu processo de desenvolvimento e de sobrevivência e o modo como podem (ou não) condicionar a evolução futura das empresas. Nesta perspectiva inserem-se, entre outros, os estudos de Geroski, Mata e Portugal (2003), Romanelli (1989), Sharma e Kesner (1996), Bamford, Dean e McDougall (1999), Henderson (1999), Fazzari, Hubbard e Petersen (1988) e Bartelsman, Scarpetta e Schivardi (2003), os quais identificam como factores iniciais mais decisivos para a sobrevivência das novas empresas, os seguintes: i) capacidade de acesso ao mercado; ii) a capacidade para competir com empresas já instaladas<sup>71</sup>; iii) assimetrias no acesso à informação e iv) dificuldades acrescidas de acesso ao crédito.

Noutros casos, os estudos sobre a sobrevivência e a mortalidade das empresas centram-se sobretudo na análise da influência e do impacto de determinados factores nessas variáveis. Nesta linha de investigação foi identificado o seguinte conjunto de factores com potencial para influenciar a sobrevivência ou a mortalidade das empresas:

- i) Factores ambientais ou culturais específicos, como sejam a personalidade dos fundadores ou as opções estratégicas iniciais (Kimberly, 1979; Hanna, 1998; Audia, Locke e Smith, 2000; Farinha, 2005);
- ii) Condições macroeconómicas de contexto, ou seja, os constrangimentos e as oportunidades que se colocam às empresas decorrentes do facto de as etapas mais decisivas da sua evolução coincidirem com períodos mais recessivos ou de maior crescimento em termos macroeconómicos (e.g. Highfield e Smiley, 1987);
- iii) Factores associados à organização da indústria e dos sectores económicos. Por exemplo, em que medida as especificidades de cada sector de actividade influenciam as condições de sobrevivências ou a mortalidade de empresas que operam em determinado sector (e.g. Gort e Klepper, 1982);
- iv) Factores inerentes à concentração ou dispersão espacial das empresas (e.g. Carroll e Hannan, 2003).
- v) Dimensão das empresas e respectivas condições tecnológicas, de inovação e de internacionalização. Neste caso procura-se estabelecer relações entre a dimensão das empresas, a diversificação e/ou especialização produtiva que as caracteriza, a intensidade de inovação que asseguram e as respectivas condições de sobrevivência (Gibrat, 1931; Audrecht e Mahmood, 1994; Santarelli, 1998; Lennox, 1999; Giovannetti, Ricchiuti e Velucchi, 2011; Hessels e Parker, 2013; Álvarez e Vergara, 2013; Fugazza e McLaren, 2013).

Uma outra vertente do interesse científico pela sobrevivência e mortalidade das empresas liga-se à investigação sobre o impacto das políticas públicas nesses fenómenos, nas empresas apoiadas financeiramente pelo Estado. Também neste âmbito têm surgido estudos e relatórios, entre os quais refira-se, a título de exemplo, o estudo de Mamede, Fernandes e Silva (2013) sobre o impacto dos incentivos financeiros (no período de 2000-2006 ao abrigo do POE/PRIME<sup>72</sup>), no que respeita à sobrevivência das empresas portuguesas apoiadas. Neste caso estima-se que a proporção de empresas que se manteve em actividade, três anos após o início da atribuição do apoio financeiro, foi de 96%. Já a taxa de sobrevivência das empresas que não beneficiaram de apoio, e directamente comparáveis com as primeiras, foi de 85%. O mesmo estudo conclui ainda, no que concerne à sobrevivência das empresas apoiadas, que o impacto da política pública foi mais acentuado nas microempresas relativamente jovens, que actuam em sectores de baixa tecnologia, que operam predominantemente em mercados regionais ou inter-regionais e com reduzidos níveis de autonomia financeira.

A mesma fonte, relativamente à variação do emprego nas empresas sobreviventes, estima o seguinte: i) as empresas apoiadas pelo POE/PRIME criaram em média (em termos líquidos) 1,4 postos de trabalho passados três anos após o início do apoio; ii) as empresas não apoiadas, e directamente comparáveis com as primeiras, perderam em média 0,7 postos de trabalho no mesmo período de tempo e iii) o montante médio de incentivo, por cada posto de trabalho adicional, foi de cerca de 55 mil euros (Mamede, Fernandes e Silva, 2013).

<sup>71</sup> Confirmando a ideia de que o tempo de presença da empresa no mercado é um factor de diferenciação positiva.

<sup>72</sup> O Programa Operacional da Economia (POE), posteriormente designado Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME), foi financiado por fundos estruturais da União Europeia e integrou o Quadro Comunitário de Apoio (QCA) 2000-2006.

### 3. METODOLOGIA

O presente estudo incide sobre 280 empresas<sup>73</sup> com actividade e/ou sede nas regiões Alentejo e Norte de Portugal, que beneficiaram de financiamento ao abrigo do Programa LEADER +, no período de 2000-2006. No âmbito das 280 empresas identificadas, foram analisados 344 projectos de investimentos. O facto de o número de projectos de investimento ser superior ao número de empresas, significa que a mesma empresa se candidatou, e foi apoiada, mais de uma vez aos incentivos da 3.ª fase do Programa LEADER.

Com vista a obter informação sobre a situação das 280 empresas perante a administração fiscal, acedeu-se à informação, de domínio público, disponível no Portal das Finanças, com o objectivo de identificar as empresas activas e as empresas inactivas<sup>74</sup>. Para distribuir o total das empresas por estas duas categorias, assumiu-se que uma empresa se encontra inactiva a partir do momento em que cessa a actividade, em termos de IVA. Esta situação significa que os bens alvo de apoio já não estão afectos à actividade da empresa e/ou esta já não está a facturar<sup>75</sup>.

Determinada a situação das 280 empresas perante a administração fiscal e identificadas as empresas activas e as empresas inactivas, prosseguiu-se para a caracterização das mesmas, com base nas seguintes variáveis:

- i) Investimento total realizado, comparticipação FEOGA<sup>76</sup>, comparticipação do MADRP<sup>77</sup> e comparticipação privada no âmbito do Programa LEADER +;
- ii) Idade média das empresas em 31 de Dezembro de 2013, ou aquando da cessação da actividade em termos de IVA;
- iii) Densidade empresarial<sup>78</sup> média no concelho onde é exercida a actividade e/ou se encontra a sede da empresa;
- iv) Actividade desenvolvida e/ou alvo de apoio, nomeadamente indústria<sup>79</sup> e serviços<sup>80</sup>;
- v) Número de sócios da empresa. Distinguem-se as empresas que têm um único sócio (sempre que se trate de uma sociedade unipessoal por quotas) das empresas com dois ou mais sócios.

Admite-se que a utilização adicional de outras variáveis pudesse contribuir positivamente para a interpretação dos resultados obtidos, nomeadamente no que concerne à compreensão do fenómeno da mortalidade<sup>81</sup> das empresas em estudo. Refira-se, a título de exemplo, o perfil dos recursos humanos afectos aos projectos (e.g. idade, género, habilitações literárias, experiência empresarial, etc.), o volume e a natureza do emprego criado, a dimensão das empresas ou a sua estrutura de capitais<sup>82</sup>.

O acesso às listagens e à descrição dos projectos de investimento executados nas regiões Alentejo e Norte foram facultados pela Autoridade Gestora do PIC LEADER +. Esta informação foi cruzada com a informação acessível no Portal das Finanças, no Portal das Empresas, no Portal da Justiça e em Base de Dados de Empresas.

A metodologia utilizada para o estudo da relação entre as variáveis seleccionadas foi a análise estatística descritiva (e.g. médias, frequências absolutas e frequências relativas) e a aplicação de testes estatísticos que permitem encontrar diferenças entre as populações (Teste U de Mann-Whitney<sup>83</sup>) e que medem a intensidade e o sentido da relação entre variáveis (Coeficiente de Correlação de Spearman<sup>84</sup>).

<sup>73</sup> Pessoas colectivas de direito privado, com fins lucrativos e sem carácter associativo.

<sup>74</sup> No âmbito deste trabalho o conceito de empresa inativa é sinónimo de mortalidade empresarial.

<sup>75</sup> A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas esclarece que “em sede de IVA (...) a cessação da actividade verifica-se quando deixem de se praticar actos relacionados com actividades determinantes de tributação durante dois anos consecutivos, quando se esgote o activo da empresa, ou quando sejam partilhados os bens afectos ao exercício da actividade. A cessação da actividade, em termos de IVA, não determina a extinção da empresa, a qual só se verifica no momento do encerramento da liquidação da sociedade, que precede a dissolução” (CTOC, 2009: 61).

<sup>76</sup> Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola.

<sup>77</sup> Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

<sup>78</sup> Entende-se por densidade empresarial o número médio de empresas por km<sup>2</sup>, num determinado concelho. Neste estudo utilizam-se os valores médios da densidade empresarial registados entre 2004 e 2012.

<sup>79</sup> Indústria extractiva e transformadora.

<sup>80</sup> Comércio, canal HORECA (hotéis, restaurantes e cafés) e actividades de serviços de apoio às empresas.

<sup>81</sup> O processo mais simples para medir o nível de mortalidade numa população consiste no cálculo da taxa bruta de mortalidade, a qual se obtém dividindo o total de óbitos num determinado período, pela população média existente nesse mesmo período. Este método apresenta algumas limitações, desde logo porque não isola, ou isola de modo muito rudimentar, os efeitos da estrutura populacional. Para superar os inconvenientes da taxa bruta, outras alternativas de cálculo da intensidade do fenómeno mortalidade estão disponíveis. Por exemplo, a taxa de mortalidade por idades, a mortalidade endógena e exógena ou a mortalidade por causas de morte, entre outras (Nazareth, 1988: 239).

<sup>82</sup> Para além das bases de dados consultadas não conterem este tipo de informação, também não era objecto deste *paper* esse tipo de abordagem. Neste caso, uma análise mais sociológica e mais qualitativa em torno do fenómeno da mortalidade das empresas, exige o recurso a outras técnicas de recolha de informação, nomeadamente a aplicação de questionários e a realização de entrevistas aos promotores.

<sup>83</sup> O teste U de Mann-Whitney “compara o centro de localização de duas amostras como forma de detectar diferenças entre as duas populações correspondentes” (Pestana e Gageiro, 2003: 414).

<sup>84</sup> O coeficiente de correlação de Spearman “mede a intensidade da relação entre variáveis ordinais e varia entre -1 e 1 (...). Quanto mais próximo estiver destes extremos maior será a associação linear entre as variáveis. O sinal negativo da correlação significa que as variáveis

#### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

As 280 empresas em estudo distribuem-se de forma desigual pelo Alentejo (55%) e pelo Norte (45%), sendo igualmente distinta a repartição dos projectos pelas duas regiões. O Alentejo apresentou 57% dos projectos, o que equivale a uma média de 1,3 projectos por empresa, enquanto o Norte apresentou 43% dos projectos, o que equivale a uma média de 1,2 projectos por empresa.

No período 2002-2008<sup>85</sup> o investimento total nos projectos financiados foi de 20 660 316.26 Euros, do qual 53% incidiu na região Alentejo e 47% incidiu na Região Norte.

A participação privada total (10 114 139.88 Euros) atingiu em média 49% do montante total elegível, verificando-se que na região Alentejo este esforço financeiro foi superior a 3%, face à região Norte. Contudo, para que o nível de participação do FEOGA fosse idêntico em ambas as regiões (37%), o contributo nacional do estado português, por via do MADRP, foi superior em 2 pontos percentuais na região Norte, de modo a compensar essa diferença.

Em média, tanto o valor investido por empresa, como o montante executado por projecto, foi superior no Alentejo, em cerca de 9% e 19% respectivamente, face aos valores da região Norte.

A longevidade média total das empresas em estudo é de 14,8 anos. No entanto, as empresas alentejanas atingem uma idade média inferior (14,5 anos) à idade média das empresas situadas a norte, as quais atingem os 15 anos de idade.

Em 31 de Dezembro de 2013, 56 das 280 empresas estudadas já tinham cessado a actividade (segundo o critério do IVA), o que equivale a uma taxa de mortalidade média de 20%, com maior expressão na região Alentejo. Assim, enquanto o Alentejo apresenta uma taxa de mortalidade das empresas apoiadas de 21,4%, o valor da mesma taxa para o Norte é de 18,3% (ver quadro 1).

Quadro1: Informações gerais sobre as populações de empresas apoiadas no âmbito do Programa LEADER+

	Alentejo		Norte		Total
N.º Projectos financiados	197	(57.3%)	147	(42.7%)	344
Investimento total realizado	10 932 040.37 €	(52.9%)	9 728 275.89 €	(47.1%)	20 660 316.26 €
Comparticipação FEOGA	4 035 967.95 €	(52.8%)	3 612 688.94 €	(47.2%)	7 648 656.89 €
Comparticipação MADRP	1 474 334.63 €	(50.9%)	1 423 184.86 €	(49.1%)	2 897 519.49 €
Comparticipação Privada	5 421 737.79 €	(53.6%)	4 692 402.09 €	(46.4%)	10 114 139.88 €
Investimento/projecto	55 492.59 €	-	66 178.75 €	-	60 059.06 €
N.º Empresas	154	(55.0%)	126	(45.0%)	280
N.º projectos/empresa	1.3	-	1.2	-	1.2
Investimento/empresa	70 987.28 €	-	77 208.54 €	-	73 786.84 €
Idade média das empresas	14,5 anos	-	15 anos	-	14,8 anos
Total empresas inactivas	33	(58.9%)	23	(41.1%)	56
Taxa de inactividade (mortalidade)	21.40%	-	18.30%	-	20.00%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em informação da Autoridade de Gestão do PIC Leader+ (2008);

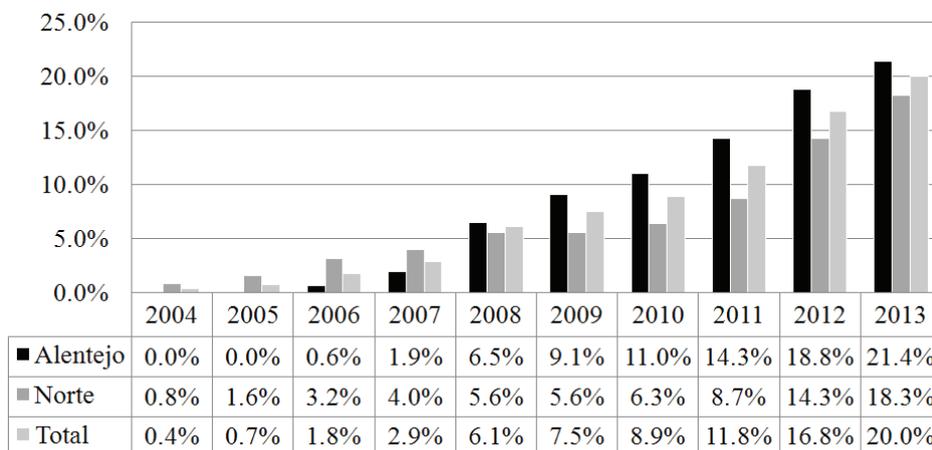
<https://www.portaldasfinancas.gov.pt>; <http://www.portaldaempresa.pt>; <http://publicacoes.mj.pt> e <http://www.linkb2b.pt>.

A análise da evolução dos valores das taxas de mortalidade empresarial acumulada no período 2004-2013 mostra que nos anos de 2011, 2012 e 2013 se concentram cerca de 55% das empresas inactivas. A figura 1 mostra ainda que a partir de 2008 a mortalidade empresarial acumulada é sempre superior na região Alentejo, comparativamente à região Norte

Figura 1 : Evolução da taxa de mortalidade empresarial acumulada

variam em sentido contrário, isto é, as categorias mais elevadas de uma variável estão associadas a categorias mais baixas de outra variável" (Pestana e Gageiro, 2003: 186).

<sup>85</sup> Ainda que a 3.ª fase do Programa LEADER tenha decorrido entre os anos de 2000 e 2006, as primeiras aprovações de candidaturas verificaram-se apenas no início de 2002. O período de aprovação dos pedidos de apoios submetidos até 31 de Dezembro de 2006 prolongou-se até 2007 e o encerramento das últimas candidaturas aprovadas nesses anos (2006 e 2007) estendeu-se ao ano de 2008.



Fonte: Elaborado pelos autores com base em informação da Autoridade de Gestão do PIC Leader+ (2008); <https://www.portaldasfinancas.gov.pt>; <http://www.portaldaempresa.pt>; <http://publicacoes.mj.pt> e <http://www.linkb2b.pt>.

O estudo da relação entre as variáveis status das empresas (activa/inactiva) e a região (Alentejo/Norte), aponta para a não existência de associação entre estas duas variáveis. Mais especificamente, a taxa de mortalidade das empresas parece não depender da localização territorial das mesmas, pois os coeficientes de correlação de Spearman não são significativos, nem ao nível de 10% (ver quadro 2).

Quadro 2 – Status das empresas \* Região de pertença

Status das empresas		Região		Total	
		Alentejo	Norte		
Activas	Activas	121	103	224	(80.0%)
	Inactivas	33	23	56	(20.0%)
Total		154	126	280	(100.0%)
Correlação de Spearman		Valor	Sign.		
		-0.039	0.511		

Fonte: Elaborado pelos autores com base no *output* do SPSS.

Uma conclusão similar à anterior pode ser retirada da leitura do quadro 3, o qual permite analisar a relação entre as variáveis status das empresas (activa/inactiva) e actividade exercida pelas empresas (indústria/serviços). Também neste caso, os valores da mortalidade empresarial parecem não estar associados ao tipo de actividade que as empresas exercem, considerando que o coeficiente de correlação de Spearman não se revelou significativo.

Quadro 3 – Status das empresas \* Actividade das empresas

Status das empresas		Actividade		Total	
		Indústria	Serviços		
Activas	Activas	60	164	224	(80.0%)
	Inactivas	14	42	56	(20.0%)
Total		74	206	280	(100.0%)
Correlação de Spearman		Valor	Sign.		
		0.016	0.787		

Fonte: Elaborado pelos autores com base no *output* do SPSS.

No entanto, a leitura do quadro 4, aponta para uma situação diferente das anteriores. Neste caso verifica-se a existência de uma correlação negativa, embora fraca, entre as variáveis status das empresas (activa/inactiva) e o número de sócios (1 sócio/2 ou mais sócios), ao nível de significância de 10%. Isto poderá significar que as taxas de mortalidade mais baixas se verificam nas empresa que possuem menor número de sócios envolvidos no processo de gestão da empresa.

Quadro 4 – Status da empresa \* Número de Sócios

Status das empresas		Nr. Sócios/Associados		Total	
		1 único sócio	2 ou mais sócios		
Activas	Activas	29	195	224	(80.0%)
	Inactivas	13	43	56	(20.0%)
Total		42	238	280	(100.0%)
Correlação de Spearman		Valor	Sign.		
		-0.115	0.055		

Fonte: Elaborado pelos autores com base no *output* do SPSS.

O teste U de Mann-Whitney tem por objectivo testar a independência entre dois grupos (Vilelas, 2009: 324). No caso em apreço os dois grupos a testar são as empresas activas e as empresas inactiva, tendo por base a “hipótese nula de que não existe diferença entre duas amostras” (Dodge, 2007: 541). Neste sentido, os resultados apresentados no quadro 5 evidenciam que a variável status das empresas (activa/inactiva) difere em função das variáveis idade da empresa e investimento realizado, mas não difere em função da densidade empresarial concelha.

Quadro 5 – Resultados do Teste U de Mann-Witney

Hipótese nula ( $H_0$ )	Teste	Sig	Decisão
A distribuição da Idade é idêntica nas categorias de Status	Teste U de Mann-Witney	0.000	Rejeitamos a hipótese nula
A distribuição da Densidade Empresarial é idêntica nas categorias de Status	Teste U de Mann-Witney	0.263	Não rejeitamos a hipótese nula
A distribuição do Investimento Total é idêntica nas categorias de Status	Teste U de Mann-Witney	0.019	Rejeitamos a hipótese nula

Fonte: Elaborado pelos autores com base no *output* do SPSS.

Por sua vez, a interpretação do coeficiente de correlação de Spearman (quadro 6) aponta para a existência de uma correlação negativa<sup>86</sup> entre as variáveis status e idade das empresas, assim como, entre as variáveis status e o investimento realizado. Assim sendo, pode deprender-se que as taxas de mortalidade empresarial mais elevadas estão relacionadas com a menor idade das empresas e com valores mais reduzidos de investimento.

Quadro 6 – Resultados coeficiente de correlação de Spearman

		Status	Idade	Dens_Emp	Investimento
Status	Coef. Correlação	1	-0.247***	-0.067	-0.14 **
	Sign. (bilateral)	.	0.000	0.265	0.019
Idade	Coef. Correlação	-0.247***	1	0.162***	0.096
	Sign. (bilateral)	0.000	.	0.007	0.107
Dens_Emp	Coef. Correlação	-0.067	0.162***	1	-0.087
	Sign. (bilateral)	0.265	0.007	.	0.147
Investimento	Coef. Correlação	-0.14**	0.096	-0.087	1
	Sign. (bilateral)	0.019	0.107	0.147	.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no *output* do SPSS.

Legenda: \*\*\* significativo ao nível de 1%; \*\* significativo ao nível de 5%; \* significativo ao nível de 10%.

## 5. CONCLUSÕES

Cumprido o objectivo de comparar as regiões Alentejo e Norte, no que concerne aos valores da mortalidade empresarial, no período 2000-2006, entre as empresas que beneficiaram de apoio financeiro do Programa LEADER+ verifica-se que o Alentejo apresenta uma maior proporção de empresas (55%), de projectos financiados (57%) e de investimento, comparativamente à região Norte. Porém, quando a análise recai sobre a taxa de mortalidade das empresas a situação inverte-se, ou seja, o Alentejo apresenta uma situação menos favorável, com uma taxa de mortalidade empresarial (21,4%) superior e com as empresas a morrer em idade mais jovem (14,5 anos), comparativamente ao Norte, em que a expressão numérica das mesmas variáveis é de 18,3% e 15 anos, respectivamente.

O estudo efectuado permite também concluir que parece não existir uma relação directa entre a taxa de mortalidade das empresas, a sua localização geográfica (Alentejo/Norte) e a actividade desenvolvida (indústria/serviços). Porém, o mesmo não se verifica na relação entre a taxa de mortalidade das empresas e o número de sócios que possuem. Neste caso verifica-se uma correlação negativa entre as variáveis, podendo esta indiciar que a taxa de mortalidade tende a ser menor quanto menor for o número de sócios das empresas.

No que respeita ao estudo das diferenças entre populações, conclui-se que estas diferem em função da idade das empresas e do investimento nelas realizado, mas não em função da densidade empresarial do concelho onde se localizam.

<sup>86</sup> A existência de uma correlação negativa implica que valores maiores de X estejam associados a valores menores de Y e vice-versa (Dodge, 2007: 85).

Em suma, a taxa de mortalidade empresarial está maioritariamente associada a factores endógenos às próprias empresas e nem tanto a factores exógenos. Como ficou demonstrado, a localização das empresas na região Alentejo ou na região Norte, bem como a densidade empresarial do concelho em que desenvolvem a sua actividade não estão relacionados com a variável status da empresa (activa/inactiva), ou seja, parece não influenciarem a taxa de mortalidade empresarial. Porém, factores internos, como a idade da empresa, o investimento realizado ou as práticas dos órgãos de gestão (e.g. o número de sócios a intervir no capital social e na gestão diária da empresa ou o investimento a ser realizado) parecem ter uma maior influencia sobre a mortalidade das empresas, uma vez que estas variáveis apresentaram correlação negativa com o status das empresas estudadas.

Algumas das conclusões obtidas encontram correspondência na teoria e nos resultados dos estudos apresentados, nomeadamente: as empresas mais jovens apresentam taxas de mortalidade superiores, sendo também aquelas que receberam maior apoio financeiro por via das políticas públicas. Embora o efeito dimensão não tenha sido estudado, pode inferir-se, a partir do número de sócios, que as empresas mais pequenas são também aquelas que se apresentam mais vulneráveis, pois a taxa de mortalidade tende a aumentar com o aumento do número de sócios, situação cuja explicação poderá estar ligada a factores de natureza cultural.

Em futuras investigações procurar-se-á caracterizar o ambiente externo e o ambiente interno das empresas de modo a identificar as condições de nascimento, desenvolvimento e afirmação das empresas. Interessante será também identificar os factores endógenos e exógenos da mortalidade empresarial em empresas apoiadas por políticas públicas, face a outras que não tenham beneficiado de apoios semelhantes.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Álvarez, R. & Vergara, S. (2013). "Trade exposure, survival and growth of small and medium size firms", *International Journal of Economic and Finance*, 25, pp. 185-201.
- Audia, P.; Locke, E.; Smith, K. (2000). "The paradox of success: An archival and laboratory study of strategic persistence following radical environmental change", *Academy of Management Journal*, 43, pp. 837-853.
- Audretsch, D. & Mahmood, T. (1994). "The rate of hazard confronting new firms and plants in US manufacturing", *Review of Industrial Organization*, 9, pp. 41-56.
- Autoridade de Gestão do PIC Leader+ (2008). "Listagem dos projectos aprovados", Lisboa.
- Bamford, C; Dean, T; McDougall, P. (1999). "An examination of the impact of founding conditions and decisions upon the performance of new banks start-ups", *Journal of Business Venturing*, 15, pp. 253-277.
- Bartelsman, E.; Scarpetta, S.; Schivardi, F. (2003). "Comparative analysis of firms demographics and survival: micro-level evidence for the OECD countries", OECD Economics Department Working Paper 348, Paris: OECD.
- Base de dados de empresas: <http://www.linkb2b.pt>
- Baum, J. A. C. (1996). Organizational Ecology. In S. R. Clegg; C. Hardy & W. Nord (Ed.). *Handbook of Organizations Studies* (pp. 77-114). London: Sage.
- Carroll, G. R. & Hannan, T. M. (2003). Density-Dependent Process. In M. J. Handel (Ed.), *The Sociology of Organizations* (pp. 254-261), London: Sage Publications.
- Clegg, S. R. (1998). *As Organizações Modernas*. Oeiras: Celta Editora.
- Coase, R. (1937). The Nature of the Firm. In G. J. Stigler & K. E. Boulding (Ed.) *Readings in Price Theory*, (pp. 386-405). Homewood: Irwin.
- CTOC (2009). "IRC – Dissolução e Liquidação, Consultório Técnico", *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, n.º 111, Ano X, Junho 2009, pp. 61- 62.
- DiMaggio, J. P. & Powell, W. W. (1983). The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. *American Sociological Review*. 48, pp. 147-160.
- Dodge, Y. (2007). *Statistique – Dictionnaire Encyclopédique*. Paris: Springer.
- Farinha, L. (2005) "The survival of new firms: impact of idiosyncratic and environmental factors". Financial Stability Report. Lisbon: Banco de Portugal.
- Fazzari, S; Hubbard, R; Petersen, B. (1988) "Financing constraints and cooperate investment". *Brookings Papers on Economic Activity*, 1, pp. 141-206.
- Fugazza, M. e McLaren, A. (2013) "Market access, export performance and survival: Evidence from Peruvian firms". *Policy Issues in International Trade and Commodities*, Study Series 58, New York: United Nations.
- Geroski, P.A.; Mata, J.; Portugal, P. (2003). "Founding conditions and the survival of new firms". Economic Research Department Working Paper 1/03, January, Lisbon: Banco de Portugal.
- Gibrat, R. (1931). *Les inégalités économiques. Applications: aux inégalités des richesses, à la concentration des entreprises, aux populations des villes, aux statistiques des familles, etc, d'une Loi Nouvelle*. Paris: Librairie du Recueil Sirey.
- Giovannetti, G.; Ricchiuti, G; Velucchi, M. (2011). "Size, innovation and internationalization: A survival Analysis of Italian firms". *Applied Economics*, 43, pp. 1511-1520.
- Gort, M e Klepper, S. (1982). "Time path in the diffusion of product innovations". *Economic Journal*, 92, pp. 630-653.
- Handel, M. J. (Ed.) (2003). *The Sociology of Organizations*. London: Sage Publications.
- Hannan, M. (1998). "Rethinking age dependence in organizational mortality: Logical formalizations". *American Journal of Sociology*, 104, pp. 126-164.
- Hannan, M. T. & Freeman, J. H. (1977). "The Population Ecology of Organizations", *American Journal of Sociology*, 82, pp. 929-964.
- Henderson, A. (1999). "Firm strategy and age dependence: A contingent view of the liabilities of newness, adolescence and obsolescence". *Administrative Science Quarterly*, 44, pp. 281-314.

- Hessels, J. e Parker, S. (2013). "Constraints, internationalization and growth: A cross-country analysis of European SMEs". *Journal of World Business*, 48, pp. 137-148.
- Highfield, R. e Smiley, R. (1987). "New business starts and economics activities". *International Journal of Industrial Organization*, 5, pp. 51-66.
- Jensen, M. C. & Meckling, W. H. (1976). "Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure". *Journal of Financial Economics*, vol. 3, pp. 305-360.
- Kimberly, J. (1979). "Issues in the creation of organizations: Initiation, innovation and institutionalization". *Academy of Management Journal*, 22, pp. 437-457.
- Lennox, C. (1999). "Identifying failing companies: A reevaluation of the logit, probit and DA approaches". *Journal of Economics and Business*, 51, pp. 347-364.
- Mamede, Ricardo; Fernandes, Teresa & Silva, Ana (2013). *Análise Contrafactual dos Impactos dos Incentivos do POE/PRIME na Sobrevivência e no Crescimento das Empresas*. Coleção e+Cadernos Lisboa: Observatório do QREN.
- Meyer, J. W. & Rowan, B. (1977). Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. *American Journal of Sociology*, 83, pp. 340-363.
- Nazareth, J.M. (1988). *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.
- Neto, P.; Santos, A. & Serrano, M. M. (2014). "Public policies supporting local networks for entrepreneurship and innovation. Effectiveness and added value analysis of LEADER program in the Alentejo region of Portugal". *International Journal of Entrepreneurship and Small Business*. Vol. 21, nº 3, pp. 406-435.
- Neto, P.; Santos, A. & Serrano, M. M. (2012). Public Policies Supporting Local Based Networks for Entrepreneurship and Innovation - Contributions to the Effectiveness and Added Value Assessment. In Iréne Bernhard (Ed.), *Entrepreneurship and Innovation Networks, Research Reports 2012: 02* (pp. 627-648). Trollhättan: University West.
- Pestana, M. H.; Gageiro, J. N. (2003). *Análise de Dados para Ciências Sociais. A complementaridade do SPSS*. 3.ª ed. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pfeffer, J. & Salancik, G. R. (1978). *The External Control of Organizations: A Resource Dependence Perspective*. New York: Harper and Row.
- Portal da empresa: <http://www.portaldaempresa.pt>
- Portal da justiça: <http://publicacoes.mj.pt>
- Portal das Finanças: <https://www.portaldasfinancas.gov.pt>
- Romanelli, E. (1989). "Environments and strategies at start-up: Effects on early survival". *Administrative Science Quarterly*, 34, pp. 369-387.
- Santarelli, E. (1998). "Start-up size and post-entry performance: the case of tourism services in Italy". *Applied Economics*, 30, pp. 157-163.
- Santos, A. (2012). "Análise dos efeitos do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER na região Alentejo, entre 1991 e 2006". Dissertação de Mestrado em Economia, Évora: Universidade de Évora.
- Serrano, M. M. (2012). "Perspetivas Teóricas sobre a Relação das Organizações com o Meio Ambiente", SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, *Working Papers*, n.º 2/2012.
- Sharma, A. & Kesner, I. (1996) "Diversifying entry: Some ex ante explanations for post-entry survival". *Academic and Management Journal*, 39, pp. 635-677.
- Vilelas, J. (2009). "Investigação, O Processo de Construção do Conhecimento". Lisboa: Edições Sílabo.
- Williamson, O. E. (1981). "The Economics of Organization: The Transaction Cost Approach", *American Journal of Sociology*, 87 (3), pp. 548-577.

## SS03.2 - National public policies for regional development in the European Union. North-South differences and similarities between Member States

**Organizers:** Paulo Neto, University of Évora, CEFAGE-UE and CIEO-UALG; Maria Manuel Serrano, University of Évora, SOCIUS – ISEG/UL

**Chair:** Paulo Neto

### [1101] AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DA AVALIAÇÃO ECONÓMICA DA EXECUÇÃO DA MEDIDA AGROAMBIENTAL PROTEÇÃO INTEGRADA APLICADA AO SETOR VITIVINÍCOLA NA REGIÃO DO ALENTEJO EM PORTUGAL

Fábio Bazílio<sup>1</sup>, Paulo Neto<sup>2</sup>

<sup>1</sup> [fabio.jose.bazilio@gmail.com](mailto:fabio.jose.bazilio@gmail.com), Banco IberCaja, Portugal

<sup>2</sup> [neto@uevora.pt](mailto:neto@uevora.pt), Universidade de Évora, CEFAGE-UE e CIEO-UALG, Portugal

**RESUMO.** O presente artigo tem como objetivo abordar a problemática agroambiental e analisar alguns dos efeitos gerados no setor vitivinícola da Região do Alentejo em Portugal, por uma medida de política pública, criada pela União Europeia, no sentido de dar resposta a problemas Agroambientais. Para tal, foi efetuado um estudo com o objetivo de avaliar economicamente a execução da Medida Agroambiental Proteção Integrada aplicada ao setor vitivinícola na região do Alentejo em Portugal. Este artigo encontra-se dividido em quatro seções principais. Na primeira seção é abordada a relevância e os objetivos deste Estudo. A segunda seção é dedicada a expor todo o desenho da avaliação desenvolvida. Na realização deste estudo foi utilizado um conjunto de métodos (Cartografia Conceptual de Impactos; "Micro Sistema de Informação Geográfico"; Estudos de Caso; Inquérito por Questionário; Entrevistas Individuais; Painel de Especialistas; Análise SWOT; Análise Multicritério) propostos principalmente pela Comissão Europeia. A terceira seção é dedicada a georreferenciar e avaliar os resultados do estudo. Na quarta seção serão agrupadas as